

A Nova China, Parceira Estratégica do Brasil?¹

Vasco Mariz*

Matéria extraída de conferência proferida pelo autor, em 9 de maio de 1996, na Confederação Nacional do Comércio, e publicada na revista "Carta Mensal" dessa entidade nº 42(495): 27-65, de junho de 1996.

Creio que a maioria dos leitores sempre sentiu curiosidade pela China. Em nossa geração, os professores de História davam bastante ênfase ao maravilhoso conto de fadas que foi a civilização chinesa. Por isso, quando, em dezembro último, por ocasião da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Beijing, nosso ilustre colega Ernane Galveas me sugeriu uma palestra sobre a China moderna, não hesitei em aceitar.

Na verdade, estou longe de ser um sinólogo, mas quase cheguei a sê-lo. No início de 1967, ao ser pro-

movido a Ministro plenipotenciário, o Embaixador Meira Penna, então subsecretário do Itamaraty para assuntos da Ásia, convidou-me para ser Cônsul-geral em Hong Kong, com a especial incumbência de organizar um serviço de informações políticas e econômicas sobre a China vermelha. Isso fazia muita falta, pelo fato de não mantermos relações diplomáticas desde 1949, ao ser instalada a República Popular da China (RPC).

No entanto, os ventos da fortuna levaram-me para Washington, o que sem dúvida favoreceu minha carreira. Mas, nas poucas semanas em que me sentia destinado a Hong Kong, aproveitei para ler muita coisa sobre a China e recordo-me que me

interessou bastante uma biografia de Xu En-Iai, uma das figuras mais interessantes da China moderna. Depois disso, sempre segui com atenção os acontecimentos na China e, muito mais tarde, no final de 1973, pouco antes da posse de Ernesto Geisel como Presidente, conversamos muito sobre política externa. Daí resultou um "paper", no qual, entre outros itens, instava eu que o Brasil reconhecesse prontamente a RPC, tantas possibilidades comerciais havia para o Brasil. Logo no primeiro ano de governo, em 1974, Geisel reconheceu Beijing.

Na Confederação Nacional do Comércio (CNC) duas missões especiais foram confiadas ao empresá-

* Diplomata.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

rio paulista Horácio Coimbra, em 1971, e, no ano seguinte, a Giulite Coutinho. Outros empresários brasileiros que foram pioneiros na aproximação com a RPC foram Luiz Octavio Themudo e Eury Luna, com todo o apoio de nossa entidade. Por sua vez a China enviou mais de trinta missões comerciais ao Brasil, uma das quais acabou ingloriamente na cadeia, em nosso país. E diversas personalidades políticas brasileiras foram convidadas a visitar a China, entre elas o Vice-Presidente João Goulart, que lá se encontrava quando teve de regressar às pressas para assumir o governo, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. O livro de Carlos Tavares de Oliveira, da CNC, intitulado *O Despertar da China*, relata, com pormenores interessantes, as primeiras visitas das missões brasileiras à China vermelha nos anos setenta e oitenta.

Depois do estabelecimento formal de relações diplomáticas, em 1975, as visitas foram muitas de parte a parte. Os presidentes Figueiredo (1984) e Sarney (1988) visitaram oficialmente a China antes de Fernando Henrique Cardoso. Já

o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores a visitar Beijing, em 1982, e recebeu a especial honra de ter entrevista com Deng Xiaoping, que lhe explicou, pessoalmente, seu plano das quatro modernizações do país. Guerreiro voltou à China com Figueiredo e contou-me haver ficado bem impressionado com as autoridades chinesas, que haviam cumprido tudo o que com ele acordaram dois anos antes. Abreu Sodré lá esteve, em 1988, com Sarney, Francisco Rezek visitou Beijing, em 1991, e Celso Amorim, em 1994. Outras visitas ministeriais brasileiras ocorreram, entre elas do economista Ernane Galveas, em 1984, então Ministro da Fazenda. Do lado chinês estiveram no Brasil os presidentes Yang Shang Kun (1990) e Jiang Zemin (1993), e os primeiros-ministros Wu Xueqian (1984) e Li Peng, em 1992. Vários ministros chineses vieram também a nosso país, entre eles o hoje famoso Vice-Primeiro Ministro Zhu Rongyi, responsável pelo milagre econômico e comercial da China moderna.

Mas o interesse que a China está hoje despertando

aumentou muito e se diversificou. Essa curiosidade é como uma moeda de ouro, com cara e coroa, verso e reverso. O crescimento industrial e comercial espetacular da China nos últimos anos, sobretudo depois da criação e funcionamento das zonas especiais econômicas, deixou o mundo estupefato, alarmado e cobiçoso também. As oportunidades de comércio e de investimentos lucrativos são notáveis, mas as conseqüências dos métodos de exportação e das condições especialíssimas de produção na China de hoje estão causando apreensão e até revolta nos quatro cantos do mundo, dos EUA ao Brasil. Só para que o leitor avalie a magnitude dos problemas, direi apenas que, a 17 de dezembro último, a Organização Mundial do Comércio (OMC), que vem de substituir o GATT, divulgou seu relatório anual sobre as condições do comércio internacional, informando que a China é o país do mundo que mais acusações sofre de cometer sistematicamente o *dumping*, isto é, a venda de mercadorias abaixo do custo médio de produção, com o objetivo desleal de afastar concorrentes nos mercados comprado-

res. Segundo informava a OMC, em dezembro findo, havia, na época, nada menos de 87 processos oficiais movidos contra a China, o dobro das reclamações semelhantes contra a Coréia do Sul, o segundo país mais acusado de adotar procedimentos desleais no seu comércio exterior. A União Européia está na liderança das acusações de *dumping* contra a China, com 37 processos movidos na OMC, seguindo-se os EUA com 30 e o México com 18. De acordo com técnicos da Organização, outro tipo de acusação deve ganhar espaço daqui para a frente. Os países desenvolvidos tendem a montar, também, processos sobre as condições de trabalho, acusando os países asiáticos de cometerem abusos para manter seus custos de produção extremamente baixos (e portanto seus preços de exportação). Entre esses abusos, estaria a exploração de trabalho com salários vis, ou de penitenciários, e a utilização de mão-de-obra infantil até doze horas diárias, sem direitos trabalhistas.

A crescente significação comercial da China e dos chamados Tigres Asiáticos está se configurando nitidamente nos últimos anos, o

que tem levado o Itamaraty a realizar estudos pormenorizados das relações bilaterais com esses países. O chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores brasileiro a visitar a China, em 1982. Uma década depois, outro chanceler, Celso Amorim, que havia servido como conselheiro de nossa embaixada em Beijing e conhecia bem as novas realidades da região, visitou novamente a capital chinesa e os Tigres Asiáticos. Desde então, nossa diplomacia tem redirecionado sua atenção para o Extremo Oriente. Aliás, observa-se claramente que, no exterior, os noticiários de televisão e rádio, e os espaços nos jornais e revistas internacionais, devotam agora uma atenção muito especial, e talvez até demasiado ampla, a toda a região, sobretudo à China.

Et pour cause, segundo escreveu Joelmir Beting em sua coluna diária de O Globo (13/03/1996): "*Em mais dez anos, a China estará hospedando uma classe média de 150 milhões de consumidores do padrão coreano. E, no topo dela, mais de 30 milhões de chineses ricos com padrão de consumo*

texano. Eis a China de primeira classe que desperta a cobiça de meio mundo." E Paulo Francis, a 25 de abril, em sua página em O Globo, também informou que, só no primeiro trimestre de 1996, a China recebeu US\$ 27 bilhões, isto é, mais de 85% do que lá foi investido no mesmo período de 1995. No entanto, examinando mais de perto a problemática chinesa, veremos que o quadro geral não é tão brilhante assim.

INFORMAÇÕES GERAIS

A China atual é um país com 9.600.000 km², maior do que o Brasil. Sua população é quase 1.200.000.000 habitantes, com grandes concentrações na costa. De cada cinco habitantes da Terra, um é chinês, embora a densidade demográfica seja razoável: 122 habitantes por km², o equivalente à densidade da França. No entanto, só 15% do território abriga 90% da população e quase 70% dessa população está nas zonas rurais. No entanto, cerca de 120 milhões de chineses emigraram de suas aldeias para as cidades industriais em busca de melhores empregos. Isso causou perigosa superpopu-

lação nas cidades e o aumento sensível na criminalidade.

Beijing já está com cerca de onze milhões de habitantes e Xangai é a maior cidade do país, com 13,5 milhões de habitantes. O país é governado pelo Partido Comunista Chinês, o PCC, e tem, por oposição simbólica, oito pequenos partidos de modesta influência. Esse era o modelo da antiga Alemanha Oriental. A expectativa de vida é elevada para um país de baixa qualidade de vida: 69 anos. A força de trabalho é superior a 700 milhões de pessoas, sendo 60% na agricultura, 35% na indústria e comércio e 5% na construção e mineração. A moeda é o *yuan* ou *renminbi*. O carvão e o petróleo representam 93% da produção elétrica e as centrais hidroelétricas, apenas 5%. Há um telefone para cada cem chineses.

Apesar desses fortes desequilíbrios, os bancos suíços avaliam a China como A-2 a médio prazo e BBB a longo prazo, o que pode ser considerado como relativamente confiável para um investidor. O maior problema estrutural da China continua a ser a reforma das empresas estatais, em sua maioria deficitárias. Em 1995, a dí-

vida externa era de US\$ 100 bilhões, um pouco menor do que a nossa, e o PIB seria de US\$ 700 bilhões. A renda *per capita* ainda é de US\$ 500.00. Embora as estatísticas chinesas não sejam muito confiáveis, o PIB, em 1994, teria crescido 12% (15% nas províncias e 10.6 no interior). Em 1995, o crescimento das províncias costeiras, as ZEEs (Zonas Econômicas Especiais) de um modo geral, pode ter chegado a 20%, número que causa calafrios aos economistas ocidentais.

A agricultura fez progressos consideráveis, mas com a espetacular migração para as ZEEs a área de plantio diminuiu bastante. A China ainda é o primeiro produtor mundial de trigo e arroz, e está entre os primeiros na produção de algodão, milho, tabaco, chá, açúcar, oleaginosos e pesca. A siderurgia teve progresso notável, bem como a produção de carvão e petróleo, sem esquecer a química e a metalurgia. Se o Brasil produziu, em 1995, cerca de 1.580.000 veículos, a China já chegou a 1.230.000 e, provavelmente, vai nos passar em breve. Com o crescimento sensacional das exportações para 150 bilhões, em

1995, mais do que três vezes a nossa, recorro a velha frase de Napoleão Bonaparte: "*Quando a China despertar, o mundo tremará*". Bem, nós já estamos tremendo, pelo menos em Franca, Americana, os agricultores de algodão em São Paulo, em Novo Hamburgo e até no Espírito Santo. Nossa mais importante fábrica de brinquedos, a Estrela, foi vendida, e seu antigo dono deu entrevista, dizendo que vai dedicar-se a importar brinquedos da China. No dia 16 de fevereiro, o Secretário da Agricultura de São Paulo, Antonio Cabrera (ex-ministro de Collor), fez um protesto formal junto às autoridades econômicas do País, porque os agricultores paulistas, produtores de algodão, estão sofrendo grandes prejuízos, com a importação de tecidos da China, e resolveram reduzir em 30% a área plantada com algodão. Outros estados deverão ter problemas semelhantes. Após muita demora, nosso atual governo finalmente decidiu impor quotas de importação, tal como fizeram outros membros da OMC.

Mas, só em 1978, começou realmente a organizar-se a nova China que nos interessa diretamente. Com

base nas propostas de abertura para o Ocidente, de Xu En-Iai, o intelectual do regime, Deng Xiao-ping decidiu organizar as hoje famosas Zonas Econômicas Especiais, que começaram a funcionar, em 1980, com surpreendente sucesso. Xu En-Iai sabia que, só com o auxílio do capital estrangeiro e de um bom *know how* técnico, o país poderia afinal deslanchar e ocupar seu verdadeiro espaço na economia mundial. Entretanto, a teoria de um regime interno duro, com abertura para o Ocidente, encontraria forte oposição nos estudantes, que passaram a exigir liberdade e democracia. Em 1989, a repressão foi violenta na praça Tiananmen: três mil mortos. Em 1992, o PCC reafirmou seu apoio à chamada “economia de mercado socialista”, cujas diretrizes jamais foram claramente definidas. Em 1993, Jiang Zemin assumiu a presidência do país, reiterando as teorias de Xu En-Iai, já desaparecido, e de Deng Xiao-ping, enfermo e demasiado idoso. Em 1995, o Comitê Central do PCC aprovou o novo plano quinquenal, hoje batizado, no Ocidente, como projeto Robin Hood, que visa a estimular o desenvol-

vimento do interior do país, reestruturar as empresas estatais e combater a corrupção. Com essa mudança ainda em prova, o futuro das ZEEs pode ser posto em dúvida, como veremos mais adiante. Em dezembro de 1995, chegou a Beijing o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, habilmente, evitou as questões de direitos humanos, considerando-as como tema de política interna, e concentrou-se na cooperação bilateral, como examinaremos ao final deste ensaio.

AS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS

As Zonas Econômicas Especiais merecem informações mais pormenorizadas. Foram criadas, em 1978, pelo Comitê Central do PCC, objetivando uma abertura gradual da economia. Visando a uma modernização geral, os chineses se anteciparam em sete anos à “perestroika” e, certamente, estão se saindo muito melhor do que os russos. Em 1980, surgiram as ZEEs de Shenzhen, Zhuhai e Shantou, na importante província de Guangdong, ao sul do país, perto de Hong Kong. Em 1981, foi criada a ZEE

de Xiamen, na província de Fujian, defronte a Taiwan e de onde são originários a grande maioria dos taiwaneses. Visaram, essas ZEEs, a atrair o capital estrangeiro para o desenvolvimento industrial, obter transferência de tecnologia avançada, estimular as exportações, aprender os métodos ocidentais de administração comercial e industrial, e encorajar a demanda de bens e serviços produzidos em outras regiões da China. A iniciativa foi, em parte, inspirada em outras zonas de processamento de exportações de outros países asiáticos. Mas as novas ZEEs chinesas são bem mais do que isso. Possuem maior dimensão territorial, atividades diversificadas (indústria, agricultura e serviços) e constituem laboratórios experimentais para reformas econômicas a serem implantadas no restante do país. Beijing está aproveitando as possibilidades de importantes regiões vizinhas – Taiwan, Hong Kong e Macau – como verdadeiros porta-aviões para reexportação de seus produtos.

Entretanto, a implantação dessas ZEEs esteve longe de ser um mar de rosas, pois houve exagerados gas-

tos na infra-estrutura, entraves burocráticos na capital, baixo nível de aproveitamento da mão-de-obra na utilização de tecnologias mais avançadas e, ainda, considerável inflação inicial, sobretudo em Shenzhen. E, por outro lado, houve bastante hesitação dos investidores em cumprir os contratos inaugurais. Em 1984, o governo central ampliou a abertura para mais 14 cidades costeiras na região de Xangai e Cantão. Em 1986, as ZEEs concentraram-se no fomento do setor industrial, combatendo a tendência dos investidores em transformá-las apenas em entrepostos comerciais ou zonas francas privativas, centros de montagem de tecnologia modesta. Em 1987, Beijing procurou atrair capitais para o extremo sul da província de Fujian e para a grande ilha de Hainan, já defronte ao Vietnã, e que acabou se transformando na maior das ZEEs com categoria de província. Nesse caso, parece que houve objetivos político-militares em relação a Taiwan e Vietnã, vizinhos imediatos. Taiwan está a apenas 160 km da costa da China continental. Outras medidas foram aprovadas, estendendo vantagens a ou-

tras regiões vizinhas. Comentaristas abalizados já viram, nessas medidas, tentativa estratégica de imitar as providências tomadas pelo Japão, no pós-guerra, para atrair investimentos para áreas mais suscetíveis de absorvê-los.

Recomendo a leitura de dois livros bastante informativos, do Sr. Carlos Tavares de Oliveira, categorizado funcionário da CNC, dos quais extraí alguns dados deste ensaio, a saber: O Despertar da China, Edições Aduaneiras, São Paulo, 1990, e Estados Unidos e China: o Desafio Econômico, do mesmo editor, mais recente, de 1995. Esclarece o autor que as ZEEs receberam investimentos externos para formar empresas mistas de capital estrangeiro e chinês, ou até empresas inteiramente estrangeiras. Em 1985, as *holdings* foram também autorizadas a operar nas ZEEs. O governo chinês concedeu preferências fiscais, facilidades para ingresso e saída do país, remessas de divisas ao exterior, autonomia administrativa e, até, concessão de créditos, através do Banco da China, cujo desenvolvimento, nos últimos anos, tem sido espetacular, com acer-

vos externos de mais de US\$ 100 bilhões.

A principal ZEE é a de Shenzhen, com a área de 327,5 km² e uma população de 600.000 habitantes. Relata Tavares de Oliveira que, em Shenzhen, tiveram lugar as primeiras experiências de vendas de ações de empresas locais. Em 1987, 60% das exportações foram de produtos manufaturados e, no mesmo ano, foi aprovada a aplicação da lei de falências para empresas estrangeiras em Shenzhen. Um túnel rodoviário liga a ZEE a Hong Kong, fator importante de sucesso. Isenção de impostos por cinco anos relativos ao uso da terra, para empresas que utilizam alta tecnologia, e incentivos especiais, tem sido decisivo fator de progresso. Shenzhen dispõe de um distrito especial, em Shekou, com 11,2 km², exclusivamente destinado à indústria, instalada em área reclamada do mar. Sua população anda por 50.000 habitantes e a área é administrada por uma empresa chinesa. Shenzhen concentra a maior parte da produção industrial e absorveu a 3/4 dos investimentos externos no conjunto das ZEEs. Seu dinamismo é impressionante: a

produção industrial era, antes de 1980, cerca de US\$ 15 milhões apenas e, em 1988, atingiu 2,5 bilhões de dólares.

A maioria sensível dos investidores em Shenzhen veio de Hong Kong e Macau e a ZEE obteve êxito também como centro de compras para os próprios chineses – em 1987, 30 milhões de chineses visitaram Shenzhen, em comparação com apenas 50 mil estrangeiros. Por isso, prosperaram os hotéis, restaurantes e centros comerciais, que a vizinhança de Hong Kong representa encorajamento para construções.

A segunda ZEE é Zhuhai, com área de 15,2 km² e uma população de 60.000 habitantes. A principal fonte de progresso está na venda de produtos agrícolas e da indústria pesqueira, destinados a Macau e Hong Kong. Esta ZEE poderá interessar especialmente ao Brasil, devido à sua proximidade de Macau, com a vantagem de que um porto de águas profundas está sendo terminado.

Shantou, com área de 52,6 km² e população urbana de 800.000 habitantes, é a ZEE que menor progresso alcançou desde a sua cria-

ção. A simplificação de barreiras alfandegárias deverá facilitar seu desenvolvimento, cujo estímulo vem sendo feito por chineses residentes no exterior.

A segunda ZEE, em importância, é Xiamen, com 131 km² e população superior a um milhão de habitantes. Fica situada numa ilha, hoje ligada ao continente por uma ponte, e dispõe de um bom aeroporto internacional. Parece destinar-se, sobretudo, à exploração de petróleo *off-shore*. Única ZEE situada na importante província de Fujian, deve ter sido escolhida por sua proximidade a Taiwan. Entretanto, a deficiência de transportes e a distância relativamente grande de Hong Kong não têm ajudado o seu desenvolvimento.

Hainan é a maior de todas as ZEEs, pois ocupa toda a ilha do mesmo nome, com 34.000 km², com população de 6 milhões de habitantes. O Banco Mundial financiou a construção de importante hidroelétrica em Hainan. A posição de Hainan é estratégica, pela sua proximidade com as Filipinas, Hong Kong, Taiwan e Vietnam. Se as ZEEs não progrediram mais ainda, pode-se atribuir ao fato de

que o governo chinês “*almejava transformar essas zonas em centros exportadores ao estilo dos quatro dragões asiáticos, enquanto os investigadores estrangeiros buscavam essencialmente ter acesso ao mercado doméstico chinês*”, o que só aconteceu em proporção muito inferior ao esperado. No entanto, se os investidores estrangeiros ainda continuam bastante cautelosos, é inegável que, sobretudo os bancos japoneses, têm estado muito ativos nas ZEEs.

O PROJETO “ROBIN HOOD”

Depois que comentamos o espetacular progresso das Zonas Econômicas Especiais, parece-me indispensável apreciar a contramedida que o atual governo chinês acaba de lançar, o já batizado “Projeto Robin Hood”, que está provocando vivas controvérsias entre os analistas econômicos ocidentais. Segundo as Nações Unidas, mais de 300 milhões de chineses vivem abaixo da linha da pobreza, com uma renda média *per capita* de US\$ 50.000 anuais. Embora a produção de alimentos tenha aumentado consideravelmente, a população con-

tinua crescendo cerca de 1,2% por ano, ou perto de 15 milhões de pessoas. É provável que seja possível acelerar a produção agrícola, mas não na proporção do crescimento demográfico e do *deficit* existente. Isso obrigará o governo chinês a importar vultosas quantidades de comida, talvez uns cem milhões de toneladas nos próximos dez anos. O relativo interesse chinês pelo Brasil talvez esteja baseado nessa avaliação.

Justamente pela crescente diferenciação dos níveis de vida nas zonas rurais e nas cidades, o Partido Comunista Chinês aprovou, em setembro último, um plano quinquenal para o desenvolvimento nacional. Curiosamente, o plano não contém diretrizes para o progressivo desmantelamento das grandes empresas estatais e chega até a mencionar a expansão de algumas delas. O "Projeto Robin Hood" promete dar, à agricultura, elevada prioridade e aspira eliminar a pobreza no início do século XXI. Infelizmente, ninguém hoje acredita em milagres e muito menos da parte de entidades estatais. Ora, essa nova política parece ir contra as teorias de Xu En-lai e Deng Xiao-

ping, de que é preciso enriquecer primeiro, antes de entender as benesses da prosperidade às zonas rurais. A decisão governamental de realizar grandes investimentos em projetos contra a pobreza interiorana, já fez um analista ocidental batizar o projeto de "New Deal Chinês". O governo deseja criar 500.000 novos empregos industriais na zona rural até o ano 2000, estimulando estreita cooperação entre as empresas mais bem sucedidas nas Zonas Econômicas Especiais da costa com entidades estatais afins, no interior do país. Isto é, o governo chinês decidiu empurrar a prosperidade para o interior, antes mesmo que o mercado leve naturalmente o progresso para as regiões atrasadas do país. Que consequências terá essa aceleração da prosperidade no desenvolvimento das ZEEs? As primeiras previsões são moderadamente otimistas, mas não faltam as cassandra que antevêm a estagnação ou, até, o retrocesso nas atividades das ZEEs.

A motivação do governo ao aprovar o "Projeto Robin Hood" seria de evitar o crescimento das tensões entre as zonas prósperas costeiras e o interior depauperado. Isto

é, desejam diminuir o *income gap* e fala-se até que alguns líderes já estariam temendo a possibilidade de separatismo regional. Os neo-conservadores ortodoxos parecem determinados em controlar as ZEEs, que consideram laboratórios do capitalismo. Só que elas representam a única maneira segura de elevar a qualidade de vida do povo chinês, mesmo que à custa de algumas distorções injustas. É o mal menor, no entender dos mais esclarecidos. No entanto, os membros mais radicais do partido estão pregando até a abolição das zonas especiais costeiras. Consideram que o tratamento preferencial deve ser reservado aos pobres e pregam a diminuição ou o fim dos subsídios às ricas cidades costeiras. Os adversários das ZEEs têm repetidamente acusado Schenzhen, a mais rica e mais independente zona econômica especial, como um "berço da imoralidade e da corrupção". O debate ficou tão vivo que o governo central viu-se obrigado a esclarecer que a política básica para o funcionamento das ZEEs não foi alterada pelo "Projeto Robin Hood". Mas os dirigentes das ZEEs estão preocupa-

dos, e com razão. Dizem eles: “*Se nós não ficarmos ricos, o desenvolvimento do interior nunca vai acontecer*” (entrevista de Su Shuili, prefeito de Xiamen, à revista norte-americana “Newsweek”, em outubro findo). Acrescentou ele: “*Já sofremos muito com políticas igualitárias*”. Esclareço que Xiamen já está atingindo hoje níveis de prosperidade semelhantes à Taiwan.

Entretanto, como o governo central chinês continua forte, é provável que o “Projeto Robin Hood” seja implementado sem muitas alterações. O atual Presidente chinês Jiang Zemin, terá, no entanto, que considerar a possibilidade da estagnação das ZEEs, com o desemprego em massa nas grandes cidades costeiras e notável perigo de desestabilização política. Jiang naturalmente não deseja estimular antiquadas fábricas estatais e sim convertê-las em verdadeiros pilares da indústria chinesa. Nisso parece evidente que as autoridades governamentais não estão se inspirando na organização empresarial de Hong Kong, tão eficiente aliás, mas sim no modelo coreano dos *chaebol*, como as grandes firmas estatais Samsung e

Hyundai, que alcançaram níveis mundiais sob direção oficial. Seja como for, o “Projeto Robin Hood” dificilmente vai estreitar o *income gap*, que continuará a ser o grande desafio.

ANÁLISE DA ECONOMIA CHINESA RECENTE E PROJEÇÕES

O dito “Projeto Robin Hood”, aprovado pelo governo chinês em setembro de 1995, obrigou importantes organizações de pesquisa econômica mundial a reavaliarem a conjuntura chinesa à luz da nova legislação. Tive acesso aos relatórios de dezembro e janeiro do “Economist Intelligence Unit” e do “Swiss Bank Warburg” sobre a China e tentarei fazer um resumo de suas conclusões. Julgam eles que a estabilidade será a prioridade nº 1 da política interna e externa comercial, devendo ser tolerada a recente apreciação da moeda chinesa, o *renminbi* ou *yuan*, contra o dólar. Um *approach* mais seletivo em relação aos investimentos externos também é previsto. A principal preocupação das autoridades chinesas está voltada para o setor interno, em especial para a agricul-

tura e a reforma das empresas estatais. Na realidade, tem-se discutido muito a situação dessas empresas, em grande parte deficitárias, mas quase nada foi realizado. A participação das estatais na produção industrial global está caindo e deverá continuar a declinar.

Em 1996, a agricultura deverá melhorar de eficiência, embora sem ainda poder atender ao mercado interno. Já a espetacular produção industrial desta vez ficará abaixo dos dois dígitos. No entanto, está surgindo outro setor que se tornará altamente positivo que é o de serviços, cujo crescimento reflete o aumento da renda dos trabalhadores. Infelizmente, o mercado negro vai continuar a se expandir, uma vez que as autoridades chinesas estão estimulando a elevação dos salários urbanos. O aumento do PIB, talvez exagerado em 1994 (11,8%), baixou um pouco, para cerca de 10%, em 1995, e é previsível que continue a declinar, em 1996, para 8,5%, o que ainda deve ser considerado excelente. O câmbio, no 4º trimestre de 1995, esteve em torno de 8.3 por dólar e deve alterar-se muito pouco, talvez para 8.5 em 1996, o que seria tolera-

do, em virtude da necessidade de manter a estabilidade.

No plano quinquenal, 1996-2000, figuram curiosamente algumas proibições para projetos binacionais em áreas como segurança militar, ecologia e saúde pública, persistindo os velhos tabus em relação à mídia (imprensa, rádio e televisão inacessíveis a investidores externos), corridas de cavalos e jogos de azar, especulação nos mercados ditos de “futuros”, e na produção e distribuição de filmes (poucos filmes estrangeiros são admitidos na China). Uma reforma profunda do sistema bancário está sendo realizada, com vistas a financiar melhor as pequenas empresas.

O volume das exportações e importações deverá aumentar, talvez até 20%, em 1996 e a balança de pagamentos tenderá a ser mais favorável à China do que até agora. Prevê-se, porém, que, em 1996, a China deverá perder um pouco em termos de competitividade externa, já que os custos de produção estão subindo depressa demais. As importações deverão crescer menos e espera-se um *superavit* comercial menos alto, entre 7.6 a 8.2 bilhões de dólares. Os cha-

mados “invisíveis” deverão permanecer em torno de US\$1 bilhão e, portanto, a balança comercial de 1996 poderá continuar a representar cerca de 1% do PIB.

A previsão preliminar para a economia da China em 1996, preparada pelo SBC Warburg (que aliás esteve ajudando no reerguimento do nosso Banco Econômico) é de um 1º semestre relativamente apertado, em consequência das novas determinações do “Projeto Robin Hood”, mas o 2º semestre deverá ser mais distendido. O tratamento preferencial para as empresas chinesas em relação aos investidores estrangeiros, motivo de persistente frustração, deverá ser abrandado, criando assim uma atmosfera mais favorável às negociações com os investidores, que receberiam mais garantias operacionais. Essa política certamente deverá facilitar a entrada da China na Organização Mundial do Comércio. Os subsídios vão diminuir e, já a partir de janeiro do ano corrente, o VAT (value added tax) baixou de 14% para 9%, apenas. Isso estimulará as exportações e servirá também para diminuir as fraudes, o que tanto preocupa e irrita as autori-

dades de Beijing. Lembro que, em novembro último, três executivos chineses foram fuzilados em praça pública como corruptos, e suas famílias ainda tiveram de pagar o preço das balas dos fuzis... Foi também assegurado, aos investidores, que não haverá alteração nos impostos, até 1998.

No entanto, não se exclui que os impostos recolhidos nas Zonas Econômicas Especiais, hoje em torno de 15%, poderão passar a 33% já em 1997, medida que os dirigentes das ZEEs estão combatendo vigorosamente em Beijing. A inflação que, em 1994, chegara a 27%, foi enfrentada com decisão e, ao final de 1995, caiu para 12%. O consumo tem crescido, devido à alta dos salários e também pela instituição da semana de trabalho de cinco dias. O controle de preços continua em vigor, mas vai sendo levantado gradualmente.

Considera o SBC Warburg que 1996 será um ano lento, especialmente no 1º semestre, e o crescimento deverá ficar em torno de 9%, comparado com os 10% de 1995. Já as perspectivas de crescimento para 1997 são mais otimistas, e o índice de 10% é considerado aceitá-

vel. A inflação deverá ser mantida entre 10 e 12% anuais, o que é satisfatório numa economia quente como a da China. O único risco previsível é que as facilidades concedidas aos investidores, devido à candidatura da China à OMC, causem um superaquecimento da economia, forçando o governo a pisar nos freios novamente, a partir de meados de 1997. Como vemos, a apreciação do banco suíço coincide em grande parte com a dos técnicos do "Economist". Creio que esse balanço da atual conjuntura chinesa poderá ser de alguma utilidade para os homens de negócios brasileiros que pensam tentar a sorte no mercado chinês.

Beijing continua a decidir as prioridades para os investimentos estrangeiros: auto-estradas, infra-estrutura urbana, linhas de metrô, gasodutos, usinas de tratamento de lixo, produção de automóveis e eletrodomésticos, computadores, remédios, etc. Resta saber se as novas restrições do "Projeto "Robin Hood" vão assustar os investidores. Já a produção de sapatos está mesmo assustando os bons pro-

dutores mundiais, como a Itália e o Brasil. Em 1994, a China produziu 4 bilhões de pares de sapatos, o que corresponde a 40% da produção mundial. A China é hoje o maior exportador de sapatos (cerca de 700 milhões de pares) e seu destino mais freqüente é a Euro-

Em termos de comércio, a China já é o 10º país do mundo e no ano 2000 poderá ser o quarto. Suas reservas de divisas que, em 1993, eram menos de US\$20 bilhões, já atingiram US\$75 bilhões ao final de 1995

pa e os EUA, embora já estejam também criando sérios problemas aos produtores brasileiros. A metade dos sapatos importados pelos EUA provém da China, na sua maioria sapatos de couro e de lona, com boa qualidade e preços irrisórios

Já o Japão está financiando a construção da estrada de ferro Beijing-Xangai e os franceses investem no sistema chinês de telecomunicações. A metade dos investimentos coreanos no exterior está sendo dirigida

à China. A Alemanha tem fechado bons negócios em Beijing, motivo ponderável que levou o Chanceler Helmut Kohl à China recentemente. Ressalto ainda investimentos da Mercedes Benz e da Siemens, que têm nada menos de trinta *joint ventures* na China. Relatórios imparciais informam que o governo chinês tem sido um bom pagador de seus compromissos internacionais. Na realidade, o mercado chinês é de tal vulto que não pode ser ignorado, sobretudo pelas empresas multinacionais.

Recordo, finalmente, que, em termos de comércio, a China já é o 10º país do mundo e no ano 2000 poderá ser o quarto. Suas reservas de divisas que, em 1993, eram menos de US\$ 20 bilhões, já atingiram US\$ 75 bilhões ao final de 1995

(informação da Embaixada da China em Brasília – fevereiro de 1996).

A GUERRA FRIA ENTRE CHINA E TAIWAN

Taiwan é hoje um dos maiores "tigres asiáticos", com reservas em divisas de

quase cem bilhões de dólares. A ilha, que fica a 160 km da costa da China, sempre fez parte do império chinês, mas foi cedida aos japoneses depois da guerra de 1895. A antiga Formosa, assim batizada pelos navegantes portugueses, tem 36.000 km², isto é, maior do que a Bélgica e o equivalente à Holanda. Depois da 2ª guerra mundial, Formosa voltou ao domínio da China e, em 1949, serviu de refúgio ao governo do Kuomintang, de Chang Kai-check. De 1950 a 1971, Taiwan representou a China no Conselho de Segurança da ONU; entretanto, quando o presidente Nixon afinal reconheceu a China comunista, os EUA romperam relações diplomáticas com Taiwan, com a qual mantém apenas relações comerciais, aliás bastante intensas. A velha Formosa tem hoje cerca de vinte milhões de habitantes e obteve um sucesso industrial e comercial espetacular. A China, no entanto, continua a considerar Taiwan como parte inalienável de seu país.

Apesar de sua evidente prosperidade, a ilha está bastante isolada e mantém relações diplomáticas com apenas 30 países dos 185 que integram a ONU. Antes

chegaram a manter relações com até 90 países, inclusive o Brasil, que reduziu o nível de nossa embaixada em Taipé. O ex-ministro conselheiro da Embaixada em Lima, Jorge Pires do Rio, que servira no Japão e tinha muito interesse pela região, foi nomeado nosso representante comercial em Taipé e instruído a manter atuação discreta. Lembro que em sua recente viagem a Beijing, Fernando Henrique Cardoso reafirmou o princípio da união de Taiwan com a China e o repúdio a qualquer pretensão de o governo de Taipé ganhar um assento separado nas Nações Unidas. Igual posição havia sido declarada, também, no discurso oficial do Brasil na abertura da Assembléia Geral do 50º aniversário da ONU, em Nova York. Aliás nosso comércio com a ilha é bom e já atingiu US\$ 1 bilhão nas duas direções. No meu entender, nosso engajamento com Beijing nesse tema é excessivo. Mais prudente seria manter a neutralidade em assunto tão remoto para o Brasil. A atitude oficial de Taiwan foi enunciada por autoridade daquele país de passagem pelo Rio de Janeiro, em 1995: "*Nós pensamos em Taiwan como parte*

da China, mas não da República Popular da China, que não aceitamos de forma alguma. Estamos divididos como a Alemanha na época do muro de Berlim, ou como as duas Coreias. Queremos nos unir à China quando ela for democrática e pacífica".

Por ocasião das eleições gerais em Taiwan, falou-se muito na independência da ilha. Os chineses, em março último, fizeram exercícios militares de desembarque na costa, com menos de 20.000 homens e modesto apoio aéreo. Analistas norte-americanos estimam que, se a China fala sério em invadir Taiwan, terá de utilizar, pelo menos, 300.000 homens, o que seria a maior mobilização desde o dia D do desembarque na Normandia. Por isso, esses analistas classificaram as manobras chinesas de guerra psicológica para intimidar Taiwan. Aliás, o tiro saiu pela culatra, pois a ameaça acabou por eleger o candidato que defende a independência por uma margem muito mais alta, 64%.

Os citados técnicos norte-americanos consideram que a China tampouco tem navios e submarinos para manter um bloqueio eficaz, seus mísseis têm má pontaria e as minas que seriam

plantadas nos portos de Taiwan seriam levadas para as costas do Japão pelas correntes marítimas e poderiam ampliar a guerra. Enfim, todos parecem blefar, inclusive os taiwaneses que tampouco se decidem a proclamar a independência. Depois das eleições, autoridades de Taiwan convidaram a China a iniciar negociações para a reunificação. Propõem eles eleições livres conjuntas, na ilha e no continente, para dentro de cinco anos. A reunificação, portanto, só seria possível sob regime democrático, o que parece levar uma decisão para futuro remoto.

O curioso é que a recente tensão no mar da China levou Washington a enviar dois porta-aviões para patrulhar a área e a crise reviveu o poderoso "China lobby" junto ao Congresso norte-americano. Taiwan sempre foi muito ativa em Washington e um pormenor significativo é que o presidente Clinton, quando governador de Arkansas, visitou a ilha nada menos de quatro vezes. Também Beijing agora teria formado uma comissão especial para melhor entender o Congresso americano e já contratou importante firma de lobistas para defender

seus pontos de vista. A luta agora vai ser nos corredores e gabinetes do congresso. Melhor assim.

POLÍTICA INTERNA DA CHINA

As projeções de crescimento econômico e comercial da China são as mais favoráveis para as próximas décadas, desde que se mantenha a estabilidade interna do país. Aí está o ponto fraco, pois a maior ameaça para a nova China está dentro dela mesma. A grande extensão do país e o rápido progresso material de certas áreas costeiras, distantes do poder central de Beijing, estão criando terríveis problemas de administração para o governo chinês. A própria ideologia comunista está sendo contaminada pelo desejo de enriquecer a qualquer preço. As ordens da capital nem sempre são obedecidas e os impostos recolhidos nas ZEEs chegam cada vez menos às mãos dos governantes. Os líderes provinciais simplesmente estão operando como lhes parece melhor, sem dar muita atenção ao governo central. Levantam até barreiras comerciais em relação a outras partes da China; dão

facilidades a investidores estrangeiros bem diferentes das prioridades governamentais; tomam iniciativas que cada vez mais se distanciam de Beijing. A corrupção é monumental e atinge até altas personalidades militares. Exemplificando: após assinar acordo com os EUA para impedir a pirataria na produção de discos CD e filmes, o governo central encontrou a maior dificuldade para fechar ou punir as fábricas ilegais, pois muitos dos falsificadores tinham ligações diretas com autoridades importantes e chefes militares locais.

Seja como for, as Forças Armadas representam o melhor poder disciplinador disponível, talvez o único capaz de controlar a crescente anarquia que avassala o país, ao meio dessa prosperidade corruptora. As organizações secretas e os grupos mafiosos atuam abertamente, sem que a polícia tenha condições ou vontade de controlá-los. Na recente crise das eleições em Taiwan ficou evidente que os líderes militares prevaleceram nos centros de decisão, com risco de provocarem graves incidentes internacionais. Como inexiste uma personalidade dominante que assu-

ma nitidamente a direção do país após a morte de Deng Xiao-ping, não se pode excluir que os militares venham a ter papel preponderante no centro de decisão política. No ínterim, os atuais líderes reprimem com rigor qualquer manifestação aberta de rebeldia.

Como a confrontação político-comercial com os EUA ainda vai piorar antes de melhorar, temem-se revoltas populares regionais e, até mesmo, movimentos separatistas das zonas prósperas costeiras, com possível apoio de militares da região. Se amanhã o Grupo dos 7 decidir impor sanções ou barreiras alfandegárias, certamente isso resultará em enorme desemprego na China, com a conseqüente desestabilização política e social. Enfim, como publicou a revista americana "Newsweek", de 1ª de abril último, "*pode-se especular se a China vai se tornar em breve uma superpotência, ou apenas uma supernova, a enorme estrela que brilha intensamente no céu, enquanto se consome e se extingue*".

No ínterim, os EUA precisam se decidir se desejam a China como um amigo poderoso ou como um inimigo

forte. Os estrategistas americanos já estão trabalhando com a hipótese possível, embora ainda inviável, de que os mísseis chineses poderão um dia atingir a Califórnia. No momento, o alcance e a pontaria desses mísseis são precários, mas mesmo assim causaram estragos e muitas mortes em Israel, em 1991, manejados pelos iraquianos. A revista "Time", de 25.03.1996, informa que a China tem, comprovadamente, 17 ICBMs (Intercontinentalballistic missiles) com alcance de 15.000 km e, em abril último, fez importantes compras de material bélico russo.

James Lilley, ex-embaixador americano em Beijing, procurou explicar as desconfianças chinesas na revista "Newsweek": "*A América está paparicando a Índia, restabeleceu relações com o Vietnam (dois inimigos da China com os quais esteve em guerra não faz muito), vendeu jatos F-16 avançados a Taiwan, está de braços dados com o Japão, quer unificar as Coréias sob a direção de Seul. Afinal, o que significa tudo isso aos olhos de Beijing? Um anel em torno da China.*"

O impasse é bem intrincado: a contenção da China

difficilmente funcionará. Em entrevista na CNN, a 25 de abril findo, Henry Kissinger afirmou que, nas atuais circunstâncias comerciais e políticas, Washington não encontrará um só aliado para "conter" a China. Por outro lado, o apaziguamento tampouco produzirá efeitos. No entanto, também a China tem muito a perder, inquietando seus vizinhos e enfrentando os EUA. Afinal, a China precisa de seus mercados para poder continuar seu capitalismo socialista. Por que então a China se arriscaria a pôr em perigo seu desenvolvimento econômico? É verdade também que o capitalismo chinês, hoje o mais selvagem dos capitalismos, estaria perto do seu limite. Apesar disso, o chauvinismo descautelado dos dirigentes comunistas se alimenta de um antiocidentalismo primário. Chegaram eles a afirmar que "*as potências ocidentais e as pretensões hegemônicas dos EUA transparecem claramente ao recuar em que a China organize as Olimpíadas do ano 2000*"...

HONG KONG, NOVA ZONA ECONÔMICA ESPECIAL

Estamos no último ano em que Hong Kong será co-

lônia inglesa, e as perspectivas para que mantenha suas características especiais, que a fizeram famosa mundialmente, estão ficando cada vez mais remotas. Tudo indica que a ilha será mais uma ZEE, de longe a mais rica de todas. E o que se dirá aqui sobre Hong Kong aplica-se igualmente a Macau, colônia portuguesa que, dentro de dois anos, terá o mesmo triste destino da colônia inglesa. O capitalismo das duas ilhas já está com cara chinesa, e o curioso é que Hong Kong já perdeu a sua áurea mágica como modelo para a própria China. Houve tempo em que se pensava que Hong Kong absorveria a mãe pátria, tanta força de atração possuía, mas a piada hoje é vazia e certamente de mau gosto. Um especialista no assunto resume a conjuntura atual em uma só palavra: controle.

A presença do continente na vida cotidiana de Hong Kong nos dias de hoje é imensa: os jornais estão cheios de declarações de burocratas de Beijing sobre o que deve ser feito ou sobre o que farão na ilha. O curioso é que os executivos chineses em visita a Hong Kong usam elegantes ternos

ocidentais, carregam no bolso telefones celulares e tiraram fotografias na frente da imponente torre do Banco da China. A velha e saborosa atmosfera tradicional da ilha está desaparecendo. Até o elegante Hong Kong Club, freqüentado pela nata da colônia, está perdendo para o China Club, que imita os clubes de Xangai dos saudosos anos quarenta. O uso do inglês nos escritórios declina, e todos buscam aperfeiçoar-se no manejo do mandarim.

Em termos administrativos, Beijing está organizando uma entidade legislativa provisória, uma espécie de governo paralelo, que visivelmente está planejando anular as reformas democráticas instauradas pelos ingleses. Os chineses portadores de passaportes estrangeiros, que são milhares, terão de trocá-los por cartões de identidade chineses comuns. O novo governo de Hong Kong será subordinado diretamente a supervisores especiais do gabinete do vice primeiro-ministro em Beijing. O mais provável é que Hong Kong em breve será a cidade mais rica e mais importante do país, mas com as mesmas características políticas das de-

mais cidades, isto é, com funcionários do PCC intrometendo-se em tudo. Está claro que o novo papel da ilha não será melhorar suas instituições locais, e sim contribuir para tornar a China uma potência mundial. Julgam os líderes chineses que a prosperidade crescente deverá servir para refrescar a legitimidade ideológica do PCC, e não para conduzir o país a uma maior liberdade política. Estão apelando para o nacionalismo e a mensagem é simples: o partido comunista é a China e amar o partido é amar o seu país. Queixam-se os burocratas de Beijing que as teorias de Xu En-lai e Deng Xiao-ping sobre o empresário fizeram os dirigentes provinciais e das ZEEs se tornarem demasiado independentes.

Mas os otimistas afirmam que a China necessita de Hong Kong como a ilha é, ou seja com sua boa reputação mercantil e suas notáveis ligações comerciais com o mundo inteiro. Dizem eles que se Beijing exagerar em suas tentativas de controle da cidade, as melhores cabeças deixarão a ilha. Aliás, muitos descrentes já o fizeram. Entretanto, muita gente ainda acredita que

Beijing vai preservar muito do atual sistema legal. A liberdade de imprensa dificilmente será mantida e as autoridades chinesas já estão apelando para que os jornalistas de Hong Kong sejam “patriotas” em seus artigos. Na ilha existem nada menos de sessenta jornais e os jornalistas estão se contendo, medindo as palavras quando têm de criticar o governo chinês. Consta até que os próprios donos dos jornais já estão fazendo autocrítica e advertindo seus repórteres dos riscos que estão começando a correr. Enfim, a grande dúvida parece ser: liberdade ou prosperidade? Os chineses de Hong Kong continuam orgulhosos de sua origem, mas não desejam perder as conquistas das instituições britânicas. No entanto, é preciso entender que, na China, a simples idéia de uma oposição moderada parece inaceitável para os burocratas do PCC. Enfim, todos torcem para que o inevitável não seja tão feio assim. Essas informações representam o resumo feito, por mim, de um excelente artigo publicado na revista norte-americana “Newsweek”, edição de 25 de dezembro de 1995, sob o título de “A sombra do dragão”.

A CHINA E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Há cerca de nove anos, a China tentou ser admitida no GATT, e as negociações não progrediram pelas numerosas razões que já foram comentadas neste ensaio. Em novembro de 1995, Jiang Zemin anunciou o corte de tarifas para cerca de quatro mil produtos importados. E as restrições às atividades das empresas estrangeiras na China deverão também ser abrandadas. Tudo isso parece significar que a atitude da China em relação à OMC mudou, isto é, cessou a intransigência que emperrou as negociações com o GATT em 1994. Como diz o “Economist”, afinal a China reconheceu não ter cabimento associar-se a uma organização de livre comércio sem se comprometer a comerciar de maneira mais livre, nem que seja progressivamente. Agora os chineses não estariam mais querendo limitar o direito de exportar para dentro da própria China às empresas que vierem a instalar-se no seu país. Outro problema delicado é dos subsídios. A China continua relutando a abrir seu setor de

serviços aos estrangeiros. Seja como for, o “Economist” já vê naquelas medidas “um grande avanço”, mas, por outro lado, enquanto a China ficar fora da OMC, os países ocidentais (inclusive o Brasil) poderão decidir proteger suas indústrias mais vulneráveis com medidas *anti-dumping*, quotas ou restrições discriminatórias. Mas a prestigiosa revista inglesa resolveu dar um crédito de confiança à China e assim comentou: “o trajeto da China no caminho para o livre comércio não deve ser tornado mais espinhoso do que normalmente deverá ser”.

As próximas negociações não vão ser fáceis, pois os membros do G-7 temem que a China, uma vez admitida na OMC, não cumpra seus regulamentos. Exemplificam com os protestos dos editores de música do Ocidente, já que a pirataria continua, apesar de haver sido assinada uma convenção sobre direitos autorais entre a China e os EUA. No entanto, o “Financial Times” julga que “se o mundo decidir esperar até que a China se torne um Estado responsável e moderno, ela poderá ficar longe da OMC por muitos anos, com enor-

mes prejuízos para o Ocidente. Afinal de contas, a China é um país em desenvolvimento, mas também uma nação radicalmente diferente de qualquer outro país". E o jornal inglês termina dizendo que *"o mais importante agora é que a China entre para a OMC. O tratamento que seus parceiros queiram dar-lhe, virá depois"*.

A verdade é que a RPC está mesmo fazendo de tudo para entrar para a Organização Mundial do Comércio, já que não conseguiu penetrar no GATT. Para esse fim, está prometendo atender a todas as recomendações da Rodada do Uruguai, da nova lei de patentes e da Convenção de Paris sobre propriedade industrial. Até as possibilidades de exploração de petróleo, antes limitadas aos poços *off-shore*, estendem-se agora a jazidas em terra, sobretudo no deserto de Tarim, onde haveria reservas fabulosas. Os trunfos de Beijing se baseiam no fato de que a China, de 1978 a 1995, em 17 anos apenas, saltou do 32º lugar da lista das maiores potências comerciais para o 10º lugar, no ano passado. E ademais é o segundo país maior receptor de investimentos, após

os Estados Unidos da América. Tudo isso fez o prêmio Nobel de economia, Paul Samuelson, acreditar que a China será uma das três potências mais ricas do mundo, já na segunda década do século XXI.

Os debates parlamentares no Congresso americano sobre a renovação da cláusula da nação mais favorecida em favor da China vão começar nos próximos dias. O ambiente, no entanto, está pesado e os republicanos pressionam por uma atitude mais dura em relação a Beijing. Fatos graves estão se sucedendo nos últimos dias e estão elevando a tensão entre os dois governos. Foram muito eloquentes as declarações do primeiro ministro Li Peng, em Paris, a 12 de abril último: *"Se os EUA continuarem a nos excluir da Organização Mundial do Comércio, a China vai desenvolver suas relações bilaterais com os países mais importantes."* Como primeiro passo dessa direção, em vez de comprar da Boeing, Li Peng fechou negócio de US\$1,5 bilhão para aquisição de vários aviões, tipo "Airbus", com a empresa francesa "Aerospatiale". Isso seria um tipo de aviso que os EUA sabem

compreender muito bem.

Por outro lado, a China vendeu recentemente, ao Paquistão, circuitos magnéticos que podem ser utilizados para a fabricação de bombas atômicas. Logo após, em reunião com o chanceler chinês em Haia, o Secretário de Estado Warren Christopher, suspendeu o financiamento prometido pelo EXIMBANK americano para a construção do metrô de Cantão, e divulgou que está estudando aplicar sanções econômicas e comerciais contra a China. Será isso a retaliação americana às declarações de Li Peng em Paris, duas semanas atrás? Seja como for, ainda acredito que o governo americano vai renovar a cláusula da nação mais favorecida e aprovar o ingresso da China na OMC. Em troca, a China daria, às empresas estrangeiras, o acesso ao grande mercado interno e permitiria a repatriação de lucros daí resultantes, o que lhes é proibido, até agora.

Finalmente, esclareço que, em 1994 e 1995, o Brasil sempre demonstrou apoio à entrada da China no GATT e agora na OMC. O Itamaraty acredita que, de outra forma, o sistema multilateral do comércio continuará

prejudicado. Tampouco considera o Itamaraty que se deva exigir da China critérios superiores e especiais aos aplicados a outros países. No entanto, parece-me estar na hora de o Brasil solicitar à sua nova “parceira estratégica” (a expressão é do próprio vice-ministro Zhu Rongyi) concessões específicas que nos beneficiem no contexto global das negociações, o que inexplicavelmente ainda não fizemos.

Os fatos estão se precipitando, à medida que se aproximam as negociações na OMC, no fim do mês de maio corrente. Acrescento que, na semana passada, o 1º Tribunal Popular de Mediação, em Beijing, condenou a Beijing Ju Ran Computer Co., a pagar uma indenização de US\$ 66,000.00, à Microsoft, e confiscou mercadorias pirateadas. Aliás, a China insiste que vem fazendo o máximo para combater a pirataria e proteger a propriedade intelectual. No entanto, essa indenização foi muito pequena, embora tenha efeito simbólico e de ter sido tomada para impressi-

onar a Organização Mundial do Comércio. Há outros processos de pirataria em pauta que, provavelmente, serão acelerados em tempo de influenciar as negociações de Genebra.

Infelizmente, em maio do ano passado, a CNN anunciou que os EUA têm provas agora de que a China também está violando as normas de propriedade industrial em relação a software e vídeos, com prejuízos para empresas norte-americanas, superiores a US\$ 2 bilhões. Em consequência, Washington já impôs sanções comerciais à China, naquele mesmo valor, e publicará uma lista nos próximos dias dos produtos que serão atingidos. Essa escalada de represálias não presagia nada de bom.²

O COMÉRCIO BRASIL-CHINA

As notícias da China parecem uma nova edição das histórias contadas por Marco Polo, no século XIII. As informações dele eram tão mirabolantes que, em breve, Marco Polo estava apelida-

do, na Itália, de “Marco milhões”. Hoje em dia, ouvimos ou lemos comentários altissonantes sobre a China, com projeções espetaculares, mas os investidores, os comerciantes, os homens de negócios, os diplomatas estão cautelosos. Por isso, devemos examinar objetivamente os interesses maiores do Brasil em relação à realidade comercial sino-brasileira. Esse novo enfoque tem vários aspectos importantes e delicados, ao mesmo tempo, que devem merecer extrema atenção. Não esqueçamos as “polonetas” e as “iraquetas”! Nossa dívida externa subiu bastante só para atender ao *lobby* das nossas empreiteiras. Como não há dinheiro para grandes obras no Brasil, elas vão voltar a pressionar o Banco do Brasil e o Banco Central para obter linhas de crédito, a fim de participar vantajosamente em licitações no exterior. E a China parece um prato bem saboroso. No momento, já está em estudos uma linha de crédito de US\$ 100 milhões para facilitar a competição das empreiteiras na China.

Ora, a China é agora o principal país do Terceiro Mundo ou, mais exatamente, a maior potência emer-

² Depois de concluído este ensaio, o Presidente Clinton enviou mensagem ao Congresso americano, recomendando a renovação da cláusula de nação mais favorecida à China. Os debates parlamentares não tinham ainda recomçado.

gente. É preciso muito cuidado e flexibilidade, ao definir como vai o Brasil comportar-se nas próximas reuniões da Organização Mundial do Comércio e da UNCTAD, a grande conferência das Nações Unidas para comércio e desenvolvimento, essa última a ser presidida pelo Brasil, na pessoa de Rubens Ricúpero. China e Brasil já são competidores na exportação de alguns produtos, como, por exemplo, calçados e brinquedos, e será inevitável que, no futuro, venha a haver viva competição em outros setores comerciais. Podemos nos unir à China no que significa lutar por uma maior penetração nos mercados do NAFTA, da União Européia e do Japão. No entanto, devemos ter cautela no grau desse apoio, pois me parece indispensável deixar bem claro que o Brasil desaprova várias medidas autoritárias, desleais e até arrogantes do governo chinês ao se recusar a respeitar as leis básicas do comércio internacional. Essa *nuance* me parece essencial, pois afinal de contas dez Chinas não valem o mercado dos G-7 para o Brasil.

O "Time Magazine", de 18 de dezembro de 1995, traz uma frase expressiva do Sr. Mark Hogan, presidente da General Motors do Brasil. Afirmou ele: "*A longo prazo o grande mercado será o Extremo Oriente, mas o Brasil é hoje o que a China será amanhã.*" Por isso, nosso País está atraindo tantos investidores, porque, apesar das oscilações de

**De um modo geral,
os contratos assinados
valem pouco na China
e a legislação local
é omissa.
Não há garantias
judiciárias.**

nossos governantes e de nossos legisladores, o Brasil agora é um país confiável. A China, por ora, é muito atraente a médio prazo, mas ainda não é confiável para os investidores. A maioria dos países da Europa Oriental tampouco é confiável. O comportamento comercial chinês em relação às grandes empresas estrangeiras, de um modo geral, tem sido brutal e até assustador, dando a impressão de que a Chi-

na deseja o capital e o *know-how*, mas maltrata as firmas estrangeiras como se estivesse se vingando de todas as humilhações que europeus, americanos e japoneses lhes impuseram no passado. Os executivos ocidentais, em especial os das multinacionais, ficam atordoados com as exigências descabidas e a inconstância dos negociadores chineses. De um modo geral, os contratos assinados valem pouco na China e a legislação local é omissa. Não há garantias judiciárias.

A célebre briga entre a "Chrysler" americana e a "Mercedes Benz" alemã fornece ângulos de negociação do maior interesse para um investidor na China. Os chineses, na última hora, exigiram eliminar todas as cláusulas de proteção à propriedade industrial e intelectual do contrato, o que permitiria aos desenhistas locais copiar os componentes da "Chrysler" impunemente. Para surpresa geral, a empresa americana refugou e desistiu no último momento. Já a "Mercedes" cedeu em quase todas as exigências chinesas, porque a perua que lá pretendem fabricar

não é importante para os alemães. Ao fechar o negócio, os alemães se justificaram: “é preciso correr riscos para obter resultados”. Enfim, o tempo dirá quem estava com a razão.

Aliás, o comportamento comercial da RPC lembra as violências que o próprio Brasil sofreu no passado, e até recentemente, nos anos setenta e oitenta, em nossas lamentáveis aventuras no Iraque e na Polônia, que custaram ao contribuinte brasileiro bilhões de dólares irrecuperáveis. Investimentos e contratos para grandes obras em países não-democráticos, sem garantias judiciais, com regimes socialistas autoritários, como então a Polônia, ou contratos com ditadores direitistas como Sadam Hussein, serão sempre muito arriscados. As atitudes de governos desse gênero (e a China é um deles) são sempre imprevisíveis.

Um dos fatores negativos (o que se estende à China) era a enorme distância entre o Brasil e a Polônia e o Iraque. Que poder de barganha política tem o Brasil em relação a devedores tão remotos? Na América do Sul, podemos cobrar com vigor porque somos vizinhos. De-

vemos, portanto, ser muito cautelosos ao estender eventuais linhas de crédito para obras na China, mesmo que associados a outras empresas estrangeiras. Nosso poder de barganha é mínimo e as experiências que norteamericanos e europeus estão tendo agora na China são talvez piores do que vem ocorrendo na Europa Oriental, depois da queda do muro de Berlim.

Na realidade, os investidores na China estão descobrindo, claramente, que o governo chinês pressiona cada vez mais pela rápida transferência de tecnologia. Ao cederem a essas exigências estarão fortalecendo seus futuros competidores no mercado mundial, a breve prazo. Outras queixas de interessados está no fato de que imensas quantidades de têxteis estão sendo produzidas nas ZEEs e sendo transferidas para Hong Kong. Lá, esses têxteis são etiquetados como se houvessem sido fabricados na ilha inglesa e, com isso, contornam as tarifas sobre têxteis de vários países da União Européia. Como vemos, estão surgindo todos os ingredientes para uma verdadeira guerra comercial, a qual deverá ser mais acirrada do

que aquela que ocorreu, nos últimos quarenta anos, para conter a ofensiva comercial do Japão. Aliás, a China já está utilizando a palavra “contenção” (*containment*) em sua guerra de palavras com os EUA.

Tenho comentado os problemas bilaterais que os EUA estão tendo com a China só para ilustrar o que poderá acontecer a nós mesmos ao encetarmos uma parceria, talvez descuidada, com aquele país. Ora, se Beijing procede assim com a maior potência militar mundial e também seu melhor mercado de exportação, por que agiriam mais corretamente em relação ao Brasil? A mesma revista “Business Week” relata que a China é hoje a maior dor-de-cabeça dos EUA em matéria de comércio internacional, porque ela opera com o maior desdém pelas regras do jogo comercial. No ano 2000, os EUA deverão ter um déficit comercial com a China maior do que o déficit com o Japão, possivelmente na ordem dos US\$ 70 bilhões anuais. Recordo que esse déficit já é hoje de US\$ 33 bilhões. Está comprovado, informa aquela prestigiosa revista, que muitas fábricas de brinquedos, de reló-

gios e roupas de Hong Kong já se mudaram para a China. Os produtores de calçados "Nike" e "Adidas" de Taiwan já lá estão. Outras fábricas de aparelhos de som, rádios e computadores pessoais estão se transferindo para as ZEEs. Aponta "Business Week" que só está melhorando o equilíbrio comercial dos EUA com os "Tigres Asiáticos" porque muitíssimas fábricas sediadas nesses países estão se transferindo para a China.

Se ao negociar com a China devemos sempre ter em mente as conseqüências de eventuais concessões a ela com relação aos países do NAFTA, da União Européia, do G-7 e, sobretudo, do MERCOSUL, o que dizer dos aspectos políticos? A Organização Mundial do Comércio pode ser uma arma de dois gumes: não nos esqueçamos de que uma das primeiras punições da OMC foi contra o Brasil, no início de 1995, porque elevamos unilateralmente as tarifas para os carros importados. Já no campo da propriedade intelectual, o Brasil tem sido um infrator renitente, pois, até agora, o Congresso Nacional ainda não aprovou a Lei de Patentes, embora isso pareça iminen-

te. Pior ainda: as acusações de *dumping* também associam indiretamente a China ao Brasil aos olhos de muitos economistas do primeiro mundo. Ambos os países estão ao corrente do risco de que o G-7 nos aplique a já famosa "cláusula social", que elevaria barreiras alfandegárias contra os produtos dos países que utilizam mão-de-obra infantil, trabalho escravo ou de penitenciários. Ora, segundo informou "O Globo" de 19.01.1996, o IBGE acredita que existam, no Brasil, 7,5 milhões de crianças de 10 a 17 anos que trabalham até doze horas por dia. Dentre elas, haveria mais de três milhões com menos de 14 anos. A revista mensal "Atenção" relatou que as crianças representam cerca de 11,6% da força de trabalho brasileira e, em média, 70% delas recebem apenas meio salário mínimo, ou seja, US\$ 56.00 mensais.³

Por gentileza da Embaixada da China em Brasília, recebi os dois discursos proferidos, em 1993, em São Paulo e Brasília, respectivamente pelo vice primeiro-

ministro Zhu Rongyi e pelo presidente Jiang Zemin, em suas visitas oficiais ao Brasil. O texto do primeiro discurso tem bastante interesse, já que Zhu é o líder da reforma econômica chinesa. O ex-prefeito de Xangai, cidade-irmã de São Paulo, mencionou diretamente projetos bilaterais e dados estatísticos. Incluo, em anexo a este ensaio, o seu discurso, bem como a lista⁴, surpreendentemente longa, das empresas chinesas já sediadas e operando ativamente no Brasil. Elas já são 24.

Se analisarmos de perto o comércio bilateral com a China, veremos que ele cresceu bastante desde as visitas oficiais de 1993 que acabo de citar. A China passou a comprar muito mais do Brasil, pois as exportações brasileiras ultrapassaram, em 1995, o índice de US\$ 1 bilhão. Ora, se as recentes aquisições chinesas no Brasil fizeram da China nosso 11º cliente, acima da França, da Espanha e outros países importantes, parece-me ainda cedo para avaliar se essa procura crescente pelos produtos brasileiros conti-

³ Pouco depois de concluído este ensaio, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Patentes, que foi promulgada pelo Presidente da República.

⁴ Omitida.

nuará elevada, ou será ela apenas oportunista, interesseira, episódica.

Até há pouco, o comércio bilateral se limitava, em grande parte, à fórmula ORE/OIL, isto é, nossos navios levavam minério de ferro para a siderúrgica de Xangai e voltavam com petróleo. Conforme o exposto ao final deste ensaio, nos últimos anos a exportação brasileira de óleo de soja tomou grande vulto e até a dianteira. Nos anos sessenta, quando eu estava designado para Hong Kong, um grande empecilho dificultava nosso comércio bilateral: a falta de portos de águas profundas na China, o que permitiria aos navios brasileiros de lá regressarem com o carvão chinês, que nos interessa bastante. Agora esse inconveniente está sendo superado, pois quatro novos grandes portos em breve estarão disponíveis. Lembro que Cantão e Xangai, embora tenham elevadíssima manipulação de cargas, são portos situados na foz de rios e habilitados apenas para navios de médio calado.

O conceito de "parceria estratégica" não foi inventado por nós brasileiros e sim pelo poderoso ministro do desenvolvimento Zhu Ron-

gyi, por ocasião de sua visita ao Brasil, em 1993. Em verdade, embora as relações sino-brasileiras ainda não estejam muito densas, já avançamos bastante, talvez até demasiado. Nada menos de trinta acordos, ajustes e memorando de intenções já foram assinados e estão aparentemente em vigor. Existem e funcionam duas comissões mistas e estão sendo apurados mecanismos de consulta e planejamento conjunto. O projeto CBERS (*Chinese-Brazilian Earth Resources Satellites*) é hoje o único tipo de cooperação em alta tecnologia entre países em desenvolvimento.

Para orientação das empresas brasileiras interessadas em operar na China direi que há boas perspectivas de formação de *joint ventures* nos setores de tecnologia de ponta; automação bancária; produção de fármacos; siderurgia; telecomunicações; aviação civil; construção civil em geral e grandes obras de infra-estrutura em particular; agricultura, etc. Alguns pequenos contratos já foram obtidos por empresas brasileiras, mas nada de substancial. Exemplificando: a empreiteira Andrade Gutierrez está construindo um trecho de 28 km de es-

trada de ferro no noroeste da China, em projeto financiado pelo Banco Mundial. A mesma empresa está construindo e vai operar, por trinta anos, uma rodovia de 68 km na província de Cantão. A empreiteira Mendes Júnior, que tem bastante experiência no exterior, nem sempre bem sucedida aliás, está participando da construção de uma usina hidrelétrica em Tian-sheng-hiao. Lá trabalharão, por cinco anos, 42 engenheiros brasileiros, encarregados do gerenciamento e transferência de tecnologia na construção de uma barragem de enrocamento com face de concreto. Mais importante será nossa eventual participação no grande projeto das Três Gargantas, que, no entanto, teve financiamento negado pelo Banco Mundial e pelo Eximbank, por provável influência norte-americana, calcada em problemas de meio-ambiente. O Brasil já está presente na 1ª fase desse projeto de US\$ 26 bilhões, com o consórcio UNICOM, responsável pela construção de Itaipu. Três engenheiros experientes estão prestando assessoria aos chineses. Aliás, os chineses são fascinados por Itaipu e toda personalidade

que aqui aporta insiste em visitá-la.

Há também boas possibilidades para projetos menores no setor de energia nuclear e, nesse sentido, já foi assinado, em 1995, um memorando de entendimento entre a nossa NUCLEP e a corporação chinesa para energia nuclear para fins pacíficos. Igualmente, as microempresas brasileiras de informática estão aprimorando o programa SOFITEX 2000, sob coordenação do CNPq, em busca de parceria na China, através da comissão mista de ciência e tecnologia. Outra alternativa promissora seria a cooperação em matéria industrial militar. O General Leônidas Pires Gonçalves esteve na China, em 1988, e continua em estudos um protocolo entre os dois governos, que ainda não amadureceu suficientemente.

Por outro lado, FURNAS está interessada na cooperação para a implantação de pequenas centrais elétricas na Amazônia. Essas chamadas PCH (pequenas centrais hidroelétricas) são simples, baratas e funcionam bem. Vamos comprá-las e pagá-las com serviços. O leque de colaboração bilateral se amplifica com itens de impor-

tância mirim, mas que, mesmo assim, merecem citação, como por exemplo o projeto de sericultura, intitulado “projeto bicho-da-seda da mamona”, que está sendo desenvolvido no Rio Grande do Norte com técnicos chineses. E a Universidade de Brasília, e mais três outras em nosso País estão oferecendo cursos, em 1996, de medicina tradicional chinesa, ministrados por professores chineses.

Como se vê, a parceria com a China, se ainda não é estratégica nem especial, já apresenta alguns resultados promissores. Além disso, a China aumentou bastante suas importações do Brasil. Em 1994, nossas exportações para aquele país superaram US\$ 800 milhões e, em 1995, teriam se elevado a mais de US\$ 1 bilhão. Infelizmente, o reverso da medalha é bem menos risinho. O economista Joelmir Beting, em “O Globo” de 30 de março de 1996, dedicou seu artigo inteiro ao que chamou de “Chacina industrial”. Referindo-se ao *dumping* chinês e coreano, afirmou que o Brasil “abriu-se para a competição externa sem uma política industrial adequada e sem exigir nada em troca da parceria exter-

na (...) Nos têxteis, nos brinquedos, nos calçados, nos eletrônicos populares, nas ferramentas leves, nos guarda-chuvas – uma devastação industrial. Claro, os consumidores assanhadamente agradecem. Havia proteção excessiva, baixa eficiência e margens elevadas. Vestir-se no Brasil ficou mais caro que no primeiro mundo. (...) A situação é de calamidade industrial. A cidade paulista de Americana, região de Campinas, era o maior pólo fabril de fibras sintéticas da América Latina. Em tecidos e confecções, contava com 1.375 fábricas de todos os portes, por volta de 1990. Hoje não passam de 700. Ineficiência? Entre as fábricas desativadas há uma unidade robotizada do Grupo Vicunha – fábrica do terceiro milênio. Também ela sucumbiu ao made in China. As importações de tecidos e confecções totalizaram, no ano passado, 61.230 toneladas. Em 1990 nossas compras externas não passavam de 2.200 toneladas por ano.” E prossegue Joelmir Beting: “Os EUA e a União Européia, com mercados muito maiores do que o nosso, estabeleceram quotas.” O mesmo jornal “O Globo”, da

2ª feira, 06.05.1996, publicou uma página inteira sobre a crise que atravessa o Vale dos Sinos, no RS, onde fecharam 3.000 das 4.000 fábricas de calçados, devido à concorrência chinesa. Também a maior fábrica de brinquedos brasileira, a “Estrela”, acaba de fechar, e seu dono anunciou que vai se dedicar à importação.

No entanto, o Secretário de Política Econômica, Mendonça Barros, afirma que nem todas as indústrias têxteis precisam de proteção: *“Algumas investiram em qualidade e produtividade ao longo dos anos e hoje estão preparadas para a concorrência. Outras, porém, não realizaram investimentos, apostando que o Governo não deixará sucumbir um setor tão intensivo de mão-de-obra.”*

Por sua vez, o Ministro Malan (11.03.1996) declarou que *“a abertura comercial começou de forma planejada ainda em 1990, no governo Collor. Foi administrada uma exposição gradual à competição externa a cada ano. Ninguém pode reclamar de ter sido surpreendido”*. Seja como for, os desempregados vítimas dessa abertura, talvez precipitada, já são mais de cem mil.

Com o fim da chamada “lista Dallari”, em abril próximo passado, o governo brasileiro parece estar despertando para esse grave problema. Como as tarifas têxteis vão baixar, de 70, para 20%, a situação ficaria insustentável. Por isso, aproveitando o “Acordo sobre tarifas e vestuário” (ATV) da Organização Mundial do Comércio, que vigorará até o ano 2005, o Brasil vai criar quotas com o objetivo de limitar as importações de produtos têxteis, a partir de maio de 1996. Trata-se de uma salvaguarda transitória, adotada no caso de prejuízos às empresas nacionais. A balança comercial do setor têxtil mudou completamente nos últimos anos: de um superavit de quase US\$ 800 milhões, passamos para um deficit, em 1995, de quase US\$ 900 milhões. As quotas não deverão ser inferiores à média das importações nos últimos três anos. Parece-me indispensável tal medida, ou a quebradeira no setor pode ser total. Exemplificando: as sedas chinesas e coreanas chegam ao Brasil pelo preço de US\$ 3.00 o metro, enquanto produtos similares brasileiros custam quatro vezes mais. O Itamaraty já deve estar consultan-

do a OMC sobre nossa oportuna decisão, que já chega tarde aliás, pois poderíamos ter evitado muitas quebras e desempregados. Medida semelhante deveria ser considerada, também, para o setor dos calçados e brinquedos, igualmente atingidos pela concorrência desleal da China, Taiwan, Coréia do Sul e Panamá.

Para terminar, é indispensável lembrar pormenores da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Beijing e alguns fatos a ela alusivos. Valho-me das informações do jornal paulista “Gazeta Mercantil”, cujo correspondente transmitiu novidades nada risonhas em seu artigo de 10.12.95. Cito: *“Ao se instalarem na China a partir de 1992, três das maiores empreiteiras brasileiras: a CBPO (Odebrecht), a Andrade Gutierrez e a Mendes Júnior tinham a certeza de fazer bons negócios. Passados três anos, os bons negócios ainda não vieram e o otimismo parece ter ido embora.”* Mais adiante acrescenta: *“Não há leis sobre contratos e licitações na China e o governo de Beijing tem habilmente tirado, das construtoras internacionais, o filet mignon da reconstrução nacional, sem que elas*

deixem de prestar, às vezes de graça, serviços técnicos aos chineses. Sobraram para os estrangeiros apenas pequenas obras ou ainda pequenas participações em grandes obras."

Seja como for, nosso chanceler Luiz Felipe Lampreia assinou um memorando de entendimento para transferência de tecnologia na área de energia elétrica. Os chineses vão fornecer tecnologia de pequenas hidroelétricas e o Brasil vai retribuir com o *know-how* das grandes usinas, como Itaipu. Ademais, nosso presidente inaugurou uma feira de produtos brasileiros em Xangai, batizada de "Brasil-China, uma parceria estratégica.

Entre outros fatos promissores, figura a cooperação bilateral do projeto CBERS, já em andamento. Oito engenheiros do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), de São José dos Campos, SP, estão há mais de um ano trabalhando na China em um projeto binacional para a instalação de satélites de comunicação. Esses técnicos brasileiros moram em Beijing em um hotel com suas famílias. A "Gazeta Mercantil" de 27.11.95 co-

menta a idéia de criar uma empresa para comercializar imagens de sensoriamento remoto. Desde 1988, dois satélites vêm sendo construídos, em regime de *joint venture*, e o primeiro deles deverá ser lançado em outubro de 1997 na base chinesa de Shan-Xi. Já em julho do ano próximo, relata o jornal, o satélite começará a ser instalado e montado na China, e esses satélites serão usados para obter informações úteis ao meio ambiente, agricultura e geologia.

O governo brasileiro propôs, recentemente, aos chineses, a ampliação do programa para fabricação de outros dois satélites do mesmo porte, com 1.400 quilos cada, porém mais sofisticados. Com esses satélites, poderemos competir com os norte-americanos (Landsat) e os franceses (Spot), e poderemos ser o terceiro país do mundo a usar essa tecnologia. Tal projeto já recebeu US\$ 50 milhões do nosso Ministério da Ciência e Tecnologia, e parte dos componentes do satélite está sendo feita no Brasil. Nossos eventuais clientes serão empresas agrícolas, de mineração e de planejamento em geral.

Lampreia assinou também memorando de entendimentos sobre cooperação nas áreas do rádio e da televisão. Recordo aqui o imenso sucesso que teve na China a novela "Escrava Isaura", anos atrás. Mas a 14.12.1995 a "Gazeta Mercantil" informava ainda que Fernando Henrique Cardoso decidiu ajudar as empreiteiras brasileiras a conseguir participar do projeto da grande usina hidroelétrica das Três Gargantas, cujo financiamento foi negado pelo Banco Mundial. Seu custo total vai andar pelos US\$ 26 bilhões, o dobro de Itaipu. E agora pergunto: será que o Brasil vai oferecer vultosas linhas de crédito às empreiteiras brasileiras para operarem na China? Com a minha experiência no Equador, no Peru e na Europa Oriental, não posso deixar de ficar apreensivo.

Outras notícias transpiraram: a China teria prometido apoiar a candidatura brasileira ao Conselho de Segurança da ONU, como novo membro permanente. Ora, não se sabe ainda quantas vagas vão ser abertas, nem quando será a eleição, e só é certa a admissão da Alemanha e do Japão. Nessas condições, a promessa chinesa não vale muito. Outra notí-

cia, essa sim importante, foi estampada na "Gazeta Mercantil" de 14.12.1995: "*Cardoso anunciou ontem em Beijing o apoio do Brasil ao ingresso da China na Organização Mundial do Comércio.*" Embora eu acredite que os EUA vão acabar também por tomar a mesma decisão, a promessa me parece um pouco prematura. Ou foi apenas *lip service* para retribuir à promessa semivazia de Jiang Zemin?

Resumindo: o tempo dirá se os gestos de amizade e interesse da China pelo Brasil são oportunistas ou não. A China precisa de nós no comitê da OMC que está

avaliando sua admissão e, além disso, a China poderá precisar do Brasil, que vai presidir a próxima UNCTAD na pessoa de Rubens Ricúpero. Por isso, reservo minha opinião sobre essa anunciada parceria estratégica e especial para depois dessas duas importantíssimas ocasiões. Se a China continuar a comprar mais de um bilhão de dólares de nossos produtos anualmente, isso representará uma compensação pelos estragos que tem causado a nossas indústrias de têxteis, calçados e brinquedos. Se assim ocorrer, então passarei a considerar significativa essa par-

ceria. Seja como for, é provável que continuaremos a fazer alguns bons negócios com óleo de soja, minério de ferro, açúcar, suco de laranja, café solúvel, conservas, carne de boi e frango, etc. Há também boas possibilidades para consultorias pontuais, isto é, para assuntos específicos, como está fazendo a COPEL (Companhia Paranaense de Energia) no terreno da eletrificação rural. Algum pequeno projeto para empreiteira brasileira, por nós financiado, poderá surgir, mas a realidade pára aí mesmo, pelo menos a médio prazo. Não me parece realista esperar mais.

DADOS PRINCIPAIS SOBRE A ECONOMIA CHINESA (1995)

PIB: US\$ 700 bilhões

Inflação: 14,55

Exportação: US\$ 150 bilhões

Importação: US\$ 130 bilhões

Reservas de moedas fortes: US\$ 70 bilhões

Taxa de desemprego: 2,9%

Dívida Externa: US\$ 100 bilhões

Fonte: Embaixada da RPC em Brasília (17/02/96)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHINA (US\$ MILHÕES)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Exportações brasileiras	382	226	460	779	822	1.086
Importações brasileiras da China	169	129	117	305	463	525
Balança comercial	+213	+97	+343	+474	+359	+562
Corrente de comércio	551	355	577	1.084	1.285	1.610

Fonte: Ministério da Indústria e do Comércio

DÍVIDA EXTERNA DA CHINA COM O BRASIL

Em outubro de 1995 não constava no Banco Central débito chinês para com o Brasil.

PRINCIPAIS PRODUTOS BRASILEIROS EXPORTADOS PARA A CHINA (1995)

Óleo de soja (42,1%), minérios de ferro e seus concentrados (16,8%), açúcar de cana (15%), máquinas (4,4%), ferro fundido e aço (3,5%), etc.

IDEM IMPORTADOS DA CHINA (1995)

Máquinas, aparelhos e material elétricos (18,8%), produtos químicos orgânicos (9,7%), brinquedos e jogos (8,5%), peças de vestuário e acessórios (7%), calçados (6,4%), caldeiras e aparelhos mecânicos (6,9%), carvão (5,1%), etc.

INVESTIMENTOS DIRETOS NA CHINA (US\$ MILHÕES)

País	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Hong Kong	3.943	7.507	41.531	76.753	48.692	33.583
Japão	457	812	2.173	2.960	4.440	6.840
EUA	358	548	3.121	6.813	6.010	5.435
Taiwan	1.000	3.430	5.543	9.965	5.395	3.731
Outros países	1.838	3.213	11.297	24.910	23.538	21.480
Total de invest. Recebidos	7.596	15.510	63.665	121.401	88.075	71.069

Fonte: US/China Business Council, citado por "Newsweek" de 01/04/96, pg. 23.

**DISCURSO DO VICE-PRIMEIRO MINISTRO DA CHINA, ZHU RONJI,
POR OCASIÃO DE SUA VISITA À FIESP, EM SÃO PAULO,
A 31 DE MAIO DE 1993.**

Sendo o maior centro industrial e o enlace econômico do Brasil, e também de todo o continente da América do Sul, São Paulo desempenha um papel preponderante na economia nacional brasileira. São Paulo é também qualificado vivamente como a "locomotiva da economia do Brasil". Quando

eu era Prefeito de Shanghai, foi estabelecido o relacionamento de irmandade entre Shanghai e São Paulo, recebi o convite de visitar São Paulo, que não foi concretizado. Estou, hoje, muito contente de ter a oportunidade de me encontrar com os senhores em São Paulo e fazer uma breve introdução

sobre a situação do desenvolvimento da economia chinesa e as relações entre a China e a América Latina.

A Reforma e Abertura da China têm ocorrido há 14 anos. Nesse curso, sob a orientação da teoria de construir o socialismo com peculiaridades chinesas, formu-

lada pelo senhor Deng Xiaoping, a reforma percorreu um processo progressivo de se realizar primeiro em zonas rurais e depois nas urbanas, primeiro na economia e depois na política, e da combinação de baixo para cima e vice-versa. A reforma chinesa, no seu sentido essencial, é um auto-aperfeiçoamento e desenvolvimento do regime socialista; entretanto, no termo de transformação fundamental da estrutura e mecanismos da economia, ela é também uma segunda revolução chinesa. Recordando o percurso da reforma nos 14 anos, a reforma de estrutura econômica tem-se desenvolvido sempre em volta de como se tratava corretamente da relação entre a planificação e o mercado. O caminho percorrido pela reforma da estrutura econômica durante os 14 anos foi de aumentar gradualmente a regulação do mercado e reforçar a função dos mecanismos de mercado, o que se chama habitualmente uma reforma "orientada ao mercado".

Em suma, os principais trabalhos feitos nos 14 anos da reforma e abertura da China são seguintes:

– Modificando a estrutura unitária do sistema de

prosperidade, formou-se progressivamente uma disposição de predominância de propriedade pública e de coexistência e desenvolvimento conjunto das diversas formas econômicas, tais como da prosperidade de todo o povo e das propriedades coletiva, individual e privada. Atualmente, no valor de produção industrial, 53% vêm das indústrias de todo o povo, 35% das coletivas e 12% das individuais, privadas e das empresas de capital misto, exclusivamente estrangeiro e em corporação: no valor global das vendas de mercadoria a retalho em toda a sociedade, 40% são empresas de comércio de propriedade de todo o povo, 30% das coletivas e 30% das individuais privadas e da corporação.

– Partindo da harmonização das relações entre o Estado e as empresas, realizou-se a reforma das empresas na ampliação gradual da autodeterminação de produção e de gestão. Segundo o princípio de divisão das funções entre o governo e as empresas e de separação dos direitos da propriedade e da gestão, em 93% das empresas industriais e comerciais da prosperidade de todo o povo efe-

tuaram-se diferentes formas de sistema de responsabilidade de gestão pelo contrato, e ao mesmo tempo, estabeleceu-se um grupo de consórcios de empresas de novo tipo. Fizeram-se, de diversas maneiras, ensaios de sistema acionário para procurar efetivas formas de realização da propriedade pública. Até o fim do ano 1992, surgiram em todo o país, mais de 3.700 empresas de sistema acionário, e 69 tipos de ações foram publicamente negociadas na bolsa de Shengzhen e Shanghai.

– Tendo posto em jogo o mecanismo de mercado e de criação do sistema de mercado como o seu conteúdo, fez-se a reforma do sistema de circulação mercantil. No momento em que se esforçou por desenvolver o mercado de mercadorias de diferentes tipos de bens de consumo e de meios de produção, estabeleceram-se e cultivaram-se ativamente mercados de diversos tipos de fatores de produção, e já se formou de maneira preliminar o seu sistema. Através da reforma de preços, a maioria dos preços da mercadoria já estão liberados e o papel regulador do mercado se aumenta cada vez

mais. Segundo as estatísticas, já é menos de 20% a proporção dos preços fixados pelo Estado no valor global de compra dos produtos agrícolas; e de 10% e 30% respectivamente no valor global de venda dos produtos industriais de consumo e dos meios de produção a preço de fábrica.

– Realizou-se a reforma do sistema de regulação e controle macroeconômicos. O sistema de regulação e controle macroeconômicos do governo está começando a passar do controle de administração direta como o principal para a regulação e controle indiretos como o principal através do uso integral de meios econômicos e legais. Os planos obrigatórios estatais estão reduzidos visivelmente na produção industrial. Antes de 1979, os planos obrigatórios ocupavam mais de 95% no valor global da produção industrial, enquanto agora a ocupação dos planos obrigatórios traçados pela Comissão Estatal de Planejamento se diminuiu ao nível de 7%. Os meios de produção unificadamente distribuídos e o número dos produtos de tipo A planificadamente comprados pelo Estado também se reduzi-

ram relativamente. À medida que se sucede a reforma na estrutura de planejamento, investimento, fazenda e finança, as taxas de imposto e de câmbio e o volume de abastecimento monetário transformaram-se em importantes métodos de regulação e controle de macroeconomia.

– Efetuou-se a reforma estrutural de distribuição destinada à manifestação do princípio de combinação entre competência, justiça e eficácia. Está aparecendo a estrutura de distribuição social de ter o princípio de a cada um segundo o seu trabalho como o principal e de coexistência de várias formas de distribuição, e está em andamento uma nova reforma do sistema de seguros sociais. Nas empresas estatais de indústria e comércio, aplicou-se universalmente o método de vincular o valor global de salários da empresa a sua eficácia econômica. Nos últimos dois anos, deram-se também novos passos na reforma dos seguros de aposentados e de velhice, de aspirantes ao emprego, de assistência médica, e do sistema de habitação.

– Foi nos campos rurais onde se fez primeiro a refor-

ma. Aplicou-se geralmente nos campos rurais o sistema de responsabilidade essencialmente consistente no contrato baseado na família com receitas em função de rendimento, e tem-se estabelecido passo a passo o sistema de integração de centralização com separação numa dupla modalidade de gestão, pondo-se em jogo a superioridade da gestão coletiva unificada e a iniciativa de gestão de responsabilidade pelo contrato da família camponesa; reajustaram-se os preços dos produtos agrícolas e as políticas de compra e venda, e desenvolveu-se a circulação de múltiplos canais; a agricultura, a silvicultura, a pecuária, a pescaria e as ocupações auxiliares têm-se desenvolvido enormemente; as empresas de cantões e vilas, surgidas como uma flamante força, absorveram mais de 90 milhões de mão-de-obra rural, promovendo o desenvolvimento da economia mercantil.

– Enquanto impulsamos a reforma, aplicamos resolutamente a política de abertura ao exterior. A abertura ao exterior já se tornou, em múltiplos planos e diversas formas, numa nova configuração de "zo-

nas econômicas especiais, cidades e regiões abertas litorais e fronteiriças e regiões do interior". Desde o ano passado, os investimentos dos comerciantes estrangeiros no nosso país atingiram um novo auge. Até o final do ano 1992, foram registradas na China mais de 84 mil empresas de capital misto, estrangeiro e em cooperação, o valor dos investimentos contratados atingiram cerca de 100 bilhões de dólares americanos e os investimentos em efetivo chegaram a 33 bilhões de dólares americanos. Através da reforma estrutural do comércio exterior, expandiram-se aceleradamente o comércio exterior e o intercâmbio e a cooperação econômica e tecnológica com o exterior. O valor global de importação e exportação do nosso país em 1992 chegou a 165 bilhões de dólares americanos, equivalente a 4,3 vezes do de 1980, ocupando já o décimo-primeiro lugar na ordem mundial. Na China, a abertura ao exterior não se manifesta apenas no aspecto de atrair investimentos estrangeiros, o mais importante é aprender com audácia as experiências avançadas de administração do exterior, aprovei-

tar os seus sistemas, transplantar as leis internacionalmente usadas e aplicáveis na economia de mercado e esforça-se por fazer operações de acordo com os costumes internacionais, de modo que a China se transforme numa competidora qualificada na cena econômica internacional.

Durante o processo da reforma de 14 anos, encontramos passo a passo o caminho de reforma com nossas próprias peculiaridades. Na reforma, prestamos muita atenção à combinação da reforma com o desenvolvimento, à resolução dos problemas surgidos no desenvolvimento econômico pelas medidas de reforma; damos grande importância à combinação da reforma com a manutenção da estabilidade social. Quando se promulga qualquer medida de reforma, temos que tomar em plena consideração a capacidade de aceitação social e seguimos sempre o princípio de experimentá-la em primeiro e generalizá-la depois. Foi precisamente por persistir desde sempre nesses princípios e métodos no curso da reforma, fazendo com que a China tenha mantido sempre um contínuo incremento econômico e uma

estabilidade social no processo da reforma.

Chamam atenção de todo o mundo os êxitos alcançados na China nos últimos 14 anos da reforma e abertura. Os 14 anos da reforma e abertura constituem uma fase do crescimento mais rápido da economia nacional, do aumento evidente do poderio integral do país e da melhoria óbvia das condições de vida do povo.

Ao constatar os sucessos alcançados na reforma e abertura, temos, também, a clara consciência de que existem ainda algumas dificuldades e problemas no desenvolvimento econômico do nosso país. Por exemplo, ainda não é elevada a rentabilidade econômica no setor de produção, construção e circulação, e a irrazoável correlação entre os ramos da economia ainda não se tem modificado; os setores engarrafados, tais como transporte, energia, importantes matérias-primas etc., estão restringindo um maior desenvolvimento da economia; a agricultura que é a base da economia, ainda permanece relativamente débil; as infra-estruturas, as indústrias básicas e o desenvolvimento do setor terciário da economia estão rela-

tivamente atrasadas. As relações de distribuição ainda não se têm posto em ordem; as finanças do Estado ainda se encontram com dificuldades. Sabemos com toda a clareza que não se cumpriu ainda a tarefa da reforma da estrutura econômica da China e alguns problemas de plano profundo de estrutura econômica ainda não foram resolvidos radicalmente. Por isso, precisamos de acelerar ainda mais os passos da reforma e abertura, respondendo às exigências dos mecanismos de economia de mercado socialista. No início do ano passado, o Sr. Deng Xiaoping fez, na sua inspeção pelo sul da China, importantes observações referentes ao aprofundamento da reforma, à ampliação da abertura e à aceleração do desenvolvimento econômico. O décimo-quarto Congresso Nacional do Partido Comunista da China, efetuado em outubro passado, definiu que o objetivo da reforma da estrutura econômica da China é implementar os mecanismos da economia de mercado socialista. O projeto da revisão da Constituição aprovado na primeira sessão da oitava Assembléia Popular Nacio-

nal da China, efetuada em março passado inscreveu a meta de estabelecer os mecanismos de economia de mercado socialista na lei fundamental do Estado, o que simboliza que a reforma e abertura da China já entraram numa nova fase histórica.

Atendendo às exigências da economia de mercado socialista, a reforma da estrutura econômica da China deverá, no futuro, dar novos e espetaculares avanços, baseando-se na sucessão e consolidação dos êxitos alcançados nos últimos 14 anos.

Agora, a China está caminhando com passos firmes rumo à economia de mercado socialista. Estamos profundamente convencidos de que, sob a orientação teórica de construção do socialismo com características chinesas, na base das experiências e êxitos obtidos no curso da reforma dos 14 anos e com a compreensão e apoio das centenas de milhões de massas populares à reforma, a meta do estabelecimento dos mecanismos da economia de mercado socialista concretizar-se-á certamente num futuro não muito distante na China.

Senhoras e senhores:

A América Latina, espaçosa em dimensão, rica em recursos naturais e produtos e com um povo sábio e inteligente, é um continente pleno de vitalidade. A China dá muita importância a estabelecer e desenvolver relações de cooperação e amizade com os países latino-americanos. Embora a China e os países latino-americanos estejam separados por um imenso oceano e tenham diferentes tradições culturais e sistemas sociais, são de longa data os intercâmbios amistosos sino-latino-americanos. Entre a China e a América Latina não existem conflitos de interesses fundamentais, mas sim muitos pontos comuns. Nos últimos anos, as relações entre a China e os países latino-americanos têm conhecido um novo desenvolvimento nos domínios político, econômico-comercial, científico-tecnológico e cultural. Mais de vinte Presidentes e Vice-Presidentes e mais de dez Primeiros-Ministros e Vice-Primeiros-Ministros dos países latino-americanos já visitaram a China. E os dirigentes do nosso país fizeram, também, visitas aos países latino-americanos em várias oca-

sões. A troca das visitas de alto nível como essas entre as duas partes desempenha um importante papel em aprofundar o conhecimento mútuo e desenvolver a amizade, e promover a cooperação econômico-comercial e de outros setores. A China e os países latino-americanos têm ampla unanimidade em importantes questões internacionais, apoiam-se uns aos outros, coordenam-se mutuamente em muitos aspectos e fazem esforços conjuntos pelo estabelecimento de uma nova ordem política e econômica internacional, e pela paz e pelo desenvolvimento da humanidade. Atualmente, a China tem intercâmbios comerciais com todos os países e regiões da América Latina. Em 1992, o valor de trocas comerciais entre a China e a América Latina chegou a 3 bilhões de dólares americanos. A China e a América Latina têm desenvolvido ainda uma frutífera cooperação econômica e técnica de formas diversificadas. Nos últimos anos, a economia latino-americana tem manifestado uma boa tendência de crescimento, por sua vez, o desenvolvimento econômico da região da Ásia oriental, inclusive a

China, está demonstrando, também, uma enorme vitalidade. Esta situação fornece melhores oportunidades e perspectivas para o desenvolvimento das relações de cooperação e amizade entre a China e a América Latina.

A China e o Brasil são os dois grandes países em desenvolvimento, cujos poderes integrais nacionais ocupam os primeiros lugares entre os países em desenvolvimento: Não se pode falar na chegada da Era do Pacífico sem o desenvolvimento da China, e igualmente, não se pode falar sobre a vinda da Era da América Latina sem o desenvolvimento do Brasil. A emergência do rápido desenvolvimento da China e do Brasil dará contribuição ainda maior para a paz e o desenvolvimento da humanidade. Em 19 anos desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Brasil, a cooperação amistosa entre os dois países nos diferentes setores obteve resultados satisfatórios. O Brasil é sempre um dos importantes parceiros comerciais da China na América Latina. Em 1985, o valor do comércio sino-brasileiro chegou a 1,4 bilhão

de dólares americanos, ocupando 55 por cento do valor global do comércio da China com a América Latina. Nos últimos anos, devido à influência de vários fatores, tanto internos como externos, o valor do comércio entre as duas partes registrou uma diminuição e foi, em 1992, apenas 580 milhões de dólares. No entanto, desde o início do ano corrente, o comércio entre os nossos dois países ganhou uma recuperação, só nos dois primeiros meses a importação da China pelo Brasil chegou a 80 milhões de dólares. Estamos completamente convencidos de que sempre que ambas as partes tomem atitudes ativas e realistas, e a medida da maior abertura do mercado do Brasil e do estável desenvolvimento da economia da China, o comércio sino-brasileiro poderá ter sem falta um maior aumento partindo da base atual. Atualmente, a cooperação econômica e tecnológica entre a China e o Brasil está progredindo estavelmente e começou a ter um bom contorno. São mais de 20 representações e escritórios de corporações e empresas de capital em joint-venture ou isolado instalados pela China no Bra-

sil, e algumas companhias brasileiras estabeleceram, também, seus escritórios na China. O intercâmbio e a cooperação científica e tecnológica entre os dois países já tem produzido efeitos rentáveis em mais de 20 áreas, tais como astronáutica, tecnologia, biologia, exploração geológica e outros. O programa de alta tecnologia de estudar e construir em conjunto os satélites CBERS fez com que a cooperação sino-brasileira de ciência e tecnologia chegasse a um nível mais elevado. Durante a minha estada, eu já visitei em pessoa alguns importantes projetos da construção do vosso país, que estão bem conhecidos no mundo, aprendi não poucas experiências valiosas e tenho, também, um novo e profundo conhecimento sobre a potencialidade e a perspectiva da futura cooperação entre os nossos dois países. Além disso, farei significativas discussões com os dirigentes e as autoridades econô-

micas do vosso país sobre a cooperação entre os dois países na exploração de minério de ferro e na construção de obras hidroelétricas. Temos razão de acreditar que o grande projeto de desenvolvimento da China, para o período, desde o fim do presente século até meados do próximo século, e o plano de vitalização da economia do Brasil poderão abrir um terreno mais amplo da cooperação econômico-tecnológica entre os dois países. Merece referir que, nestes últimos anos, as relações de cooperação e amizade entre as regiões e os povos dos dois países, também se desenvolveram rapidamente, o que injetou novo vigor na promoção das relações entre os dois países. Até agora, dois estados e duas cidades do Brasil já estabeleceram relações de irmandade com duas províncias e duas cidades da China. Nos últimos dois anos, o intercâmbio entre Shanghai e São Paulo, que fizeram valiosas explora-

ções para a realização de cooperação de múltiplas formas, vem crescendo constantemente. Estou certo de que, com os esforços conjuntos das duas partes, a cooperação entre as duas grandes e famosas cidades do mundo chegará a um nível mais alto.

Em 1988, no seu encontro com alguns Chefes de Estado da América Latina, o senhor Deng Xiaoping disse: "as pessoas dizem que o século 21 será a Era do Pacífico,... eu tenho a plena certeza de que surgirá nessa altura, também, a Era da América Latina. Espero que apareçam simultaneamente a Era do Pacífico, a do Atlântico e a da América Latina". "A política da China é de estabelecer e desenvolver boas relações com os países latino-americanos e fazer com que as relações sino-latino-americanas sejam um belo exemplo de cooperação sul-sul." Amigos brasileiros, esforcemo-nos juntos para acelerar a chegada dessa maravilhosa Era.

**SEGURO É PROTEÇÃO.
APRENDA COM QUEM SABE.**



FUNENSEG

FUNDAÇÃO ESCOLA
NACIONAL DE SEGUROS

Rua Senador Dantas, 74-Térreo, 4º, 5º, 6º e 11º andares
Centro-RJ-CEP:20031-201-Tel.:(021)532-3322 . 532-3699
262-3422 . 533-6334 - Fax:262-3248
http: www.embratel.net.br/infoserv.funenseg
Biblioteca: [http...www.funenseg.org.br](http://www.funenseg.org.br)
e-mail: funenseg@embratel.net.br